

Coleção
Eduardo Espínola

Lauro Alves de Castro

**PRINCÍPIO DA
COOPERAÇÃO E A
FUNDAMENTAÇÃO
ANALÍTICA NO
CPC/2015**

Das Decisões às Postulações

2021

 EDITORA
JusPODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Ana Caquetti

C355p Castro, Lauro Alves de.
Princípio da Cooperação e a Fundamentação Analítica no CPC 2015: Das Decisões
às Postulações / Lauro Alves de Castro – Salvador: Editora JusPodivm, 2021.
176 p.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-65-5680-026-4

1. Decisões judiciais. 2. Postulações. 3. Direito processual civil. I. Castro, Lauro Alves de. II. Título.

1182177

CDD 341.465

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1	
PROPEDÊUTICA AO PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO NO	
CPC/2015	21
1.1 O princípio da cooperação como norma fundamental de processo: dogmática do art. 6º do CPC/2015	21
1.1.1. Premissas conceituais	25
1.2. Manifestações da doutrina nacional sobre o princípio da cooperação processual anteriores ao CPC/2015	29
1.2.1. Carlos Alberto Alvaro de Oliveira	30
1.2.2. Lúcio Grassi de Gouveia	33
1.2.3. Fredie Didier Jr.	34
1.2.4. Daniel Mitidiero.....	38
1.2.5. Dierle Nunes.....	41
1.2.6. Antônio do Passo Cabral.....	44
1.2.7. Lorena Miranda.....	46
1.3. Eficácia normativa do princípio da cooperação sobre o CPC/2015: a distinção entre norma jurídica e texto de lei	47
1.4. Ressonâncias do princípio da cooperação na construção dos pronunciamentos jurisdicionais	50
CAPÍTULO 2	
FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS NO	
CPC/2015	55
2.1. O desenvolvimento, no ordenamento jurídico brasileiro, do dever de fundamentação das decisões judiciais	55

2.1.1.	A regra constitucional de motivação das decisões, a garantia do contraditório e o devido processo legal.....	59
2.1.2.	Racionalidade, controlabilidade e integridade dos pronunciamentos jurisdicionais.....	64
2.2.	Os requisitos mínimos do dever de fundamentação oponível ao Poder Judiciário: clareza, coerência, completude (fática e jurídica) e concretude	68
2.2.1.	As decisões não fundamentadas, conforme os §§ 1º e 2º do art. 489 do CPC/2015.....	71
2.2.2.	Consequências jurídicas da ausência de fundamentação das decisões	80

CAPÍTULO 3

FUNDAMENTAÇÃO ANALÍTICA DAS POSTULAÇÕES JUDICIAIS NO CPC/2015	83
3.1. Conteúdo jurídico da fundamentação das postulações processuais: exposição da causa e da argumentação jurídica....	83
3.1.1. A exposição da argumentação fática e jurídica na contestação.....	88
3.1.2. Clareza e coerência	90
3.1.3. Dialeiticidade nos recursos e nas demais postulações	94
3.2. Eficácia do princípio da cooperação sobre a postulação das partes	102
3.2.1. Viabilidade jurídica da interpretação extensiva do art. 489, §§ 1º e 2º, do CPC/2015.....	106
3.2.2. As hipóteses específicas da ação rescisória (art. 966, § 6º, do CPC/2015) e da ação de exigir contas (art. 550, §§ 1º e 3º, do CPC/2015).....	114
3.2.3. O ônus de declinar o valor considerado como devido como concretização da cooperação processual.....	118
3.2.4. As consequências dogmáticas da aplicação do ônus da fundamentação analítica no CPC/2015	123
3.2.4.1. Aplicação, na ausência de fundamentação analítica, do art. 321 do CPC/2015, a inépcia da petição inicial, art. 330, I, do CPC/2015, e os deveres cooperativos	129

3.2.4.2. Exame sobre o alcance do art. 932, III e parágrafo único, do CPC/2015: jurisprudência, literalidade, direito comparado e doutrina	133
3.3. Exame da jurisprudência sobre o tema	138
3.3.1. A orientação do Superior Tribunal de Justiça	138
3.3.2. Outros precedentes judiciais	143
3.4. A materialização do ônus de fundamentação analítica das postulações das partes no CPC/2015	152
CONCLUSÃO	155
REFERÊNCIAS	159